

INFRA S.A.

Julgamento

Brasília, 23 de agosto de 2024.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL LRE Nº 08/2024

LOTE 2 - SUPRO/DIREM

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

RECORRENTE:	CONSÓRCIO GERENCIAMENTO FERROVIÁRIO DO BRASIL , composto pelas empresas: HUMBERTO SANTANA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA. CNPJ: 07.262.587/0001-56 - 40% (líder); STRATA ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 38.743.357/0001-32 - 40%; e NORDEN ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 03.616.409/0001-25 - 20%.
RECORRIDAS:	CONSÓRCIO SSD composto pelas empresas: STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A CNPJ: 88.849.773/0001-98 - 33,4% (líder); SISCON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 42.565.325/0001-61 - 33,3%; e DYNATEST ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 32.116.154/0001-30 - 33,3%.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso encaminhadas por e-mail e registradas no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, Licitações-e.

1.2. A intenção de recurso registrada pela recorrente restou fundamentada nos seguintes fatos (SEI nº 8672009):

Manifestamos nossa intenção de recurso referente ao resultado o Lote 02 da RLE 008/2024, em razão do não atendimento do Consórcio ora vencedor aos **critérios de qualificação técnica operacional**. Entendemos também que há exigências de **qualificação jurídica** que não foram atendidas. Tais inconsistências exigem uma análise elaborada, o que pretendemos demonstrar no recurso a ser apresentado.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

2.1. Insurge a recorrente contra a decisão de habilitação do Consórcio SSD (SEI nº 8700614), inicialmente fundamentando-se na falta de atendimento da qualificação técnica operacional e jurídica da licitante declarada vencedora.

2.2. Recebidas as razões recursais, a recorrente aduz, resumidamente que:

I - DA INDEVIDA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE

I.A - DO IMPEDIMENTO DE LICITAR

2.2.1. A recorrente invoca os itens 6.5.5 a 6.5.7 do Edital, bem como o artigo 38 da Lei nº 13.303/16, alegando que a consorciada Dynatest Engenharia Ltda. encontra-se suspensa de participar de processo de licitação e contratar com a administração pelo prazo de 3 (três) meses, estando ainda vigente a sanção perante o DNIT.

2.2.2. Alega que o Edital não menciona as sanções que impedem a participação de licitantes, não cabendo a aleação acerca da restrição ao ente penalizador.

2.2.3. Aduz que o entendimento é abrangente, até porque desvios de conduta que impedem uma empresa de licitar e contratar com a administração precisa ter seus efeitos estendidos a todo e qualquer órgão, sendo inadmissível que um ente público seja obrigado a contratar com aquele que teve seu direito de licitar suspenso.

2.2.4. Invoca entendimento doutrinário, STJ (2009) e TCU (2011) no âmbito da Lei nº 8.666/93.

I.B - DO PREJUÍZO INJUSTIFICADO À INFRA

2.2.5. Argumenta que a partir da inabilitação da recorrente, haveria um prejuízo de mais de R\$ 7 milhões em relação à proposta da licitante classificada em primeiro lugar.

2.2.6. Foram realizadas diligências, que ocasionaram na habilitação da licitante. Aduz que o posicionamento da Comissão alterou após a fase de recursos, excluindo-se da disputa a melhor oferta por questões interpretativas onde não foi observado os princípios do formalismo moderado e da eficiência.

I.C - DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL DA RECORRENTE

2.2.7. A recorrente repete os mesmos argumentos trazidos nas contrarrazões da fase recursal, reforçando sua experiência técnica operacional com extensão superior a 100 km contínuos em todas as disciplinas e o total de 300 km, bem como profissional especialista em geometria e geotecnia.

2.2.8. Aduz que deve a administração se afastar de entendimento literal e que a atestação é compatível, sendo impossível a comprovação literal de todos os requisitos solicitados. Invoca doutrina aplicável à terceirização de serviços com mão de obra exclusiva e jurisprudência do TCU de 2008.

2.3. Por fim, requereu a procedência do recurso, inabilitando o Consórcio SSD pelo impedimento fundamentado nos itens 6.5.5 a 6.5.7 do Edital e revisão da decisão do prejuízo de R\$ 7 milhões.

2.4. De forma intempestiva, a recorrente encaminhou ainda o documento nomeado "*Adendo-Recurso*" (SEI nº 8703910), aduzindo que a comissão pontuou mesmo atestado do Engenheiro Sênior de Superestrutura Ferroviária, Napoleão Guedes de Medeiros no âmbito da Concorrência Pública nº 13/2009.

3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8726214, em síntese:

QUANTO AO IMPEDIMENTO DE LICITAR:

[...]

Interpreta de maneira distorcida o elencado nos subitens 6.5.5., 6.5.6. e 6.5.7., pois o que o legislador pretendeu coibir é nada mais que a participação fraudulenta de sociedade que em certame licitatório possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos, um sócio em comum com a entidade apenada com as sanções de suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade;

As vedações elencadas acima e em consonância com o art. 38, IV a VIII, da Lei n.º 13.303/2016, visam evitar que empresas sancionadas com a proibição de participar de licitações e contratar com o Poder Público, para efeito de contornar o impedimento, participem de licitações por meio de outras pessoas jurídicas com ao menos um sócio em comum. Evidencia o propósito de dar continuidade às atividades da empresa suspensa, inidônea ou impedida sob nova denominação ou administração, configurando a ocorrência de abuso da personalidade jurídica;

Destarte, a empresa consorciada é a DYNATEST Engenharia LTDA., onde inexistia outra participante do certame, muito menos a tentativa de fraudar o processo licitatório, como erroneamente faz crer o Recorrente;

No mesmo diapasão, incorre em engano ao mencionar a abrangência da sanção aplicada, utilizando-se de entendimento doutrinário do Ilustre Prof. Marçal Justen Filho, de uma edição do ano de 2008, de dois entendimentos jurisprudenciais, sendo o primeiro do Superior Tribunal de Justiça (REsp no ano de 2009) e o último, do Tribunal de Contas da União (Acórdão do ano de 2011);

De uma simples pesquisa sobre a sanção aplicada para a Consorciada DYNATEST Engenharia LTDA., verifica-se que o órgão sancionador é o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e conforme consta no documento anexo, a abrangência da sanção se restringe ao órgão sancionador; (Doc. 01 – Sanção)

E esse é o entendimento doutrinário contido nos Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16 de Jessé Torres Pereira Júnior... [et al.] – Belo Horizonte: Fórum, 2018:

Os efeitos da sanção de suspensão, garantido ao contratado o direito à prévia defesa, alcançam somente a empresa estatal sancionadora, ou seja, o sancionado fica impedido de disputar licitações ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato de empresa pública ou sociedade de economia sancionadora, pelo prazo determinado quando da imposição da sanção. (Grifos do Signatário)

A inclusão do nome da pessoa jurídica sancionada no Portal da Transparência e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CIES apenas viabiliza o acesso às informações, não sendo suficiente para causar, de per si, qualquer dano, pois o impedimento de contratar e licitar decorre da própria punição e não da publicidade;

E a jurisprudência pátria assim assegura:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PENALIDADE APLICADA COM BASE NA LEI 10.520/2002. DIVULGAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA GERENCIADO PELA CGU. CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS - CEIS. CARÁTER INFORMATIVO. ALEGAÇÃO DE ESTAR A PENALIDADE SUB JUDICE. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL VIGENTE QUE SUSPENDA, AINDA QUE TEMPORARIAMENTE, A PENALIDADE ADMINISTRATIVA QUESTIONADA. PARECER DO MPF PELA REJEIÇÃO DA ORDEM. SEGURANÇA DENEGADA

1. Nos termos dos arts. 1º., §1º. e 2º., parág. único do Decreto 5.482/2005 e 6º. e 7º da Portaria CGU 516/2010, **a divulgação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, pela CGU, tem mero caráter informativo, não determinando que os Entes Federativos impeçam a participação empresas ali constantes de licitações.**

2. A simples existência de questionamento da penalidade aplicada, sem a demonstração da vigência de decisão judicial que a suspenda, ainda que temporariamente, não autoriza, a sua retirada do CEIS, porquanto, estando sub judice, ainda está vigente a penalidade. 3. Segurança denegada em consonância com o Parecer Ministerial. (MS nº 21750/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe: 07.11.2017). (Grifos do Signatário)

[...]

Desta forma, resta claro que a Consorciada DYNATEST Engenharia LTDA., não incorreu em nenhum ato desabonador perante a INFRA S.A., que possibilite sua exclusão e consequente desclassificação no certame.

QUANTO AO SUPOSTO PREJUÍZO INJUSTIFICADO:

Como se demonstrará na sequência, os argumentos do Recorrido revelam-se contundentes, suficientes e justificados, merecendo de parte da D. Comissão o seu acolhimento e consequente complementação da motivação para a manutenção da desclassificação do Recorrente;

Contudo, no decorrer das páginas seguintes, sem maiores explicações, foge ao tema do “Prejuízo

Injustificado” para mais uma vez tentar de maneira infrutífera comprovar que o Recorrente detém Capacidade Técnica Operacional e Capacidade Técnica Profissional suficientes para atender ao edital;

QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA DA RECORRENTE:

Destaca-se taxativamente que os tópicos “Capacidade Técnica Operacional e Capacidade Técnica Profissional” **já foram abordados de maneira exaustiva**, sendo objeto de diligências e de Razões de Recursos Administrativos devidamente julgados no momento pretérito oportuno, não merecendo assim, nenhuma nova consideração, ou seja, fase superada, porém, apenas e tão somente pelo apego ao calor do embate, o Recorrido de maneira acurada elenca:

[...]

3.2. Quanto ao tema, aduz os julgamentos exarados pela unidade técnica, acerca da inabilitação da recorrente.

3.3. Ao final, requereu que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso apresentado, para, no mérito, manter a **HABILITAÇÃO** do **CONSÓRCIO SSD** composto pelas empresas: **STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A** CNPJ: 88.849.773/0001-98 - 33,4% (líder); **SISCON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.** CNPJ: 42.565.325/0001-61 - 33,3%; e **DYNATEST ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: 32.116.154/0001-30 - 33,3%.

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PELA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Prefacialmente, considerando que há aspectos técnicos a serem analisados pela unidade demandante, os autos foram submetidos à SUPRO/DIREM por meio do Ofício 139 - Recurso HPT (SEI nº 8700640).

4.2. Registre-se que não compete à Comissão de Licitação manifestar-se acerca do mérito técnico avaliado pela unidade demandante e aprovada pelo Diretor competente.

4.3. A Superintendência de Projetos e Custos da Diretoria de Empreendimentos, por intermédio da Análise 13 Recurso Administrativo - HPT (SEI nº 8722951), que concluiu que:

Ante o exposto, considerando as alegações da Recorrente e da Recorrida, esta área técnica conclui que, em relação à Qualificação Técnica Operacional, a Recorrente cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Edital, apresentando atestados suficientes para as disciplinas de superestrutura e remanejamento de interferências. Entendimento que também se aplica para a Qualificação Técnica Profissional do Especialista em Geometria.

No entanto, quanto à Qualificação Técnica Profissional dos demais especialistas, a Recorrente **não comprovou a experiência mínima exigida para o Engenheiro Especialista em Geotecnia**, apresentando apenas 9,80 anos de experiência em detrimento dos 10 anos exigidos pelo Termo de Referência.

Ademais, evidenciou-se a falta de especificidade nas certidões apresentadas pela Recorrente acerca da participação do Engenheiro Especialista em Superestrutura, em aderência ao disposto no subitem 6.5.4. do Termo de Referência, no Projeto e Construção de 963 km de vias férreas com 930 Turn Out (AMV) - construção da Ferrovia Bagdad – Al Q’Aim – Akashat e ramais correspondentes.

Conclui-se portanto que, em relação à Qualificação Técnica Profissional do Engenheiro Especialista em Superestrutura, dos atestados apresentados pela Recorrente foi aceito por esta área técnica **apenas o total de 1,38 anos**, dessa forma a Recorrente não cumpriu todos os requisitos, uma vez que **não comprovou a experiência mínima de 10 anos** exigida pelo Termo de Referência.

Diante de todo o exposto, **ratifica-se** o posicionamento anterior, Análise 7 Recurso Administrativo - STE (SEI nº 8584009); Análise 8 Recurso Administrativo - PROSUL (SEI nº 8584069); e, Análise 9 Recurso Administrativo - GRAT (SEI nº 8584075), que a Recorrente (Consórcio Gerenciamento Ferroviário do Brasil) deve ser mantida como **inabilitada** quanto à Qualificação Técnica Profissional para os engenheiros especialistas em Geotecnia e Superestrutura.

4.4. Dessa forma, mantida a inabilitação da recorrente.

5. DA ANÁLISE DE COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

I - DA INCONSISTÊNCIA ENTRE O FUNDAMENTO DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS

5.1. Preliminarmente, cabe esclarecer que a licitante registrou a sua intenção de recurso contra a qualificação técnica operacional e habilitação jurídica do consórcio vencedor.

5.2. Na apresentação das razões, aduziu questões relativas às condições de participação pelo registro de suspensão e impedimento de licitar e contratar em nome de uma das consorciadas, não houve argumentação relativa à habilitação técnica do consórcio ora classificado, bem como, **usou das razões recursais para novamente defender sua habilitação técnica operacional e profissional, bem como alegar eventual prejuízo ao erário por meio de uma proposta com valor superior.**

5.3. Dessa forma, a relação entre os pontos constantes da intenção de recurso e das razões registradas não foram plenamente atendidas, sendo inadequada sua intenção de recurso com o cunho meramente protelatório, visando a revisão da decisão já manifestada pela unidade técnica, com relação à sua inabilitação pela capacidade técnica.

5.4. Todavia, com o intuito de manter a transparência no procedimento licitatório, passa-se à análise de competência da Comissão de Licitação.

II - DA SUSPENSÃO E O IMPEDIMENTO DE LICITAR COM FUNDAMENTO NO INCISO III DO ART. 87 DA LEI Nº 8.666/93

5.5. Prefacialmente, observa-se que a recorrente levantou argumentos que não condiz com a previsão do edital e da jurisprudência consolidada.

5.6. Nesse sentido, a Comissão abordará dois pontos para elucidar que o Consórcio SSD não estava em condição de impedimento de licitar no momento de sua habilitação:

- a) O Consórcio SPDA não afrontou as condições impeditivas do edital; e
- b) Abrangência da sanção de suspensão temporária de licitar, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

5.7. A Lei nº 13.303/16 no seu art. 38 determinou os impedimentos de participação de licitação e contratação com as estatais:

Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

[...]

II - suspensão pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput :

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

5.8. Seguindo essa trilha, o Edital do RLE nº 08/2024 disciplinou as condições impeditivas da seguinte forma:

6.5. Não poderão participar da licitação:

[...]

6.5.3. Empresa suspensa de licitar e contratar com a INFRA;

6.5.4. Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

6.5.5. Empresa **constituída por sócio de empresa** que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.5.6. Empresa **cujo administrador seja sócio** de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.5.7. Empresa **constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador** de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

6.5.8. Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.5.9. Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

5.9. Nesse contexto, os incisos do artigo 38 da Lei 13.303/16 quanto ao edital tratam das seguintes situações:

a) **Inciso IV e item 6.5.5.: Constituída por sócio** de empresa que esteja suspensa, impedida ou declarada inidônea.

Isso significa que, **se uma pessoa é sócia de uma empresa que foi penalizada, e essa pessoa constitui uma nova empresa, essa nova empresa também estará impedida.**

b) **Inciso V e item 6.5.6.: Cujo administrador** seja sócio de empresa que esteja suspensa, impedida ou declarada inidônea.

Ou seja, **se o administrador de uma empresa é sócio de outra empresa que foi penalizada, a empresa que ele administra estará impedida.**

c) **Inciso VI e item 6.5.7.: Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador** de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea no período dos fatos que resultaram na sanção.

Isto é, **se uma pessoa era sócia ou administradora de uma empresa que foi penalizada, uma nova empresa que essa pessoa constituir também estará impedida.**

d) **Inciso VII e item 6.5.8.: Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador** de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea durante o período dos fatos que deram origem à sanção.

Isso implica que, **se o administrador de uma empresa participou da administração de outra empresa que foi penalizada, a empresa atual que ele administra também estará impedida.**

e) **Inciso VIII e item 6.5.9: Que tiver, nos seus quadros de diretoria**, pessoa que tenha participado, como diretor ou administrador, de uma empresa declarada inidônea.

Aqui, **se uma pessoa que participou da administração de uma empresa penalizada está agora na diretoria de outra empresa, esta última estará impedida.**

5.10. Este artigo visa assegurar que empresas e pessoas ligadas a práticas irregulares ou ilícitas sejam excluídas de processos licitatórios e de contratos com empresas públicas ou sociedades de economia mista, protegendo assim o interesse público e a integridade das contratações.

5.11. Dessa forma, enquanto os incisos II e III da Lei tratam diretamente da pessoa jurídica participante da licitação, **os incisos IV a VIII da Lei tratam da pessoa física vinculada à pessoa**

jurídica. São os casos de **impedimento indireto**, onde o sócio/administrador ocasionou a sanção em determinada pessoa jurídica e posteriormente passou a compor o quadro de nova pessoa jurídica que não possui sanção.

5.12. Nesse aspecto, **a recorrente tira de contexto os itens 6.5.5 ao 6.5.7 do Edital, não aplicáveis ao caso concreto**, uma vez que a sanção posta no recurso foi aplicada diretamente à pessoa jurídica, portanto, somente poderia ter enquadramento nos incisos II ou III da Lei 13.303/2016.

5.13. No caso concreto, a licitante possuía um registro no CNPJ de "*suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar conforme previsão na Lei do RDC*". A recorrente omitiu em sua argumentação o âmbito da aplicação da penalidade, fator primordial para a verificação de seus efeitos.

5.14. Durante a fase para habilitação, a Comissão realizou a consulta ao SICAF para avaliar as condições de habilitação regularidade do Consorcio SSD, sendo evidenciado que a consorciada DYNATEST, pessoa jurídica, possuía um registro de suspensão temporária e impedimento de licitar, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, no âmbito no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	32.116.154/0001-30	DUNS@:	901898718
Razão Social:	DYNATEST ENGENHARIA LTDA		
Nome Fantasia:	DYNATEST DO BRASIL		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		

Impedimento de Licitar no Âmbito:

DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES / 393003-DEPARTAMENTO

5.15. Ao realizar a apuração, verificou-se que a ocorrência se restringe âmbito do órgão sancionador, conforme enquadramento da sanção: **artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 e registro expresso do SICAF:**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	393003 - DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	08/05/2024	Prazo Final:	08/08/2024
Número do Processo:	50600035496202265	Número do Contrato:	PP-187/2020
Descrição/Justificativa:	O CGPLAN- DNIT aplicou MULTA, de R\$ 91.772,81, por retardamento (...), e, de R\$ 26.896,69, por inexecução parcial (...), e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA (...) por 03 meses - (15999614). D.O.U, 06/12/2023, seção 3, pág. 231. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. D.O.U, 07/12/2023, seção 3, pág. 229. O DPP - DNIT reformou a Decisão de 1ª Instância para Minorar as Multa - retardamento da execução (...), para R\$ 55.619,88 e pela inexecução parcial (..) para R\$ 17.931,13, MANTENDO a Suspensão Temporária (...) por 03 meses (...) Lei do RDC. D.O.U, 08/05/2024, seção 3, pág. 145. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: O DIREX NEGOU o Pedido de Reconsideração - SEI nº 17889551. Processo SEI nº 50600.035496/2022-65.		

Sanção Ceis/Cnep 1:

Categoria Sanção:	Suspensão		
Órgão Sancionador:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES		
Abrangência:	No órgão sancionador		
Número do Processo/Contrato:	50600.035496/2022-65 / PP-187/2020		
Data Inicial:	08/05/2024	Data Final:	08/08/2024
Fundamentos Legais:	Lei 8666 - art. 87, III		

5.16. Dessa forma, a sanção imposta à consorciada pelo DNIT **está limitada ao Órgão Sancionador**, não podendo ser estendida à esta Estatal e/ou outros Órgãos. Portanto, não cabe interpretação diversa da disposta na legislação e na jurisprudência acerca do tema, há muito pacificado pela Corte de Contas:

É irregular a desclassificação de licitante, como medida preventiva ou de prudência, em razão da existência de penalidade de suspensão temporária prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993, que lhe foi aplicada por outro órgão ou entidade da Administração Pública pelo descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias. Os efeitos dessa penalidade restringem-se à participação em licitações junto ao ente que imputou a sanção.
Acórdão 1757/2020-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO

A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993) possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
Acórdão 266/2019-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ

A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993) possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
Acórdão 2962/2015-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.
Acórdão 1003/2015-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

A penalidade de suspensão temporária e de impedimento de contratar prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 incide somente em relação ao órgão ou à entidade contratante.
Acórdão 1884/2015-Primeira Câmara | Relator: BRUNO DANTAS

Os efeitos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação (art. 87, III, Lei 8.666/93) são adstritos ao órgão ou entidade sancionadora.

Acórdão 504/2015-Plenário | Relator: WEDER DE OLIVEIRA

A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, III, da Lei 8.666/1993) possui seus efeitos restritos ao âmbito da própria instituição que aplicou a penalidade.

Acórdão 342/2014-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO

5.17. Dessa forma, no que concerne à aplicação de sanções, a estatal deve se limitar ao cumprimento estrito da legislação e jurisprudência aplicável, abstendo-se de conduzir qualquer outro entendimento. Cabe tão somente sua observância e aplicação adequada.

5.18. Assim, a recorrente registra sua irresignação acerca de sua inabilitação por meio de acórdãos e entendimentos ultrapassados, conforme acima demonstrado.

5.19. **Portanto, não assiste razão à recorrente no que compete à extensão da aplicação de impedimento de licitar a todos os entes públicos.**

III - DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

5.20. Relativamente à vantajosidade de proposta, cabe à Comissão tão somente tratar o conceito para a aceitação de qualquer proposta em licitações regidas pela Lei nº 13.303/16, elucidando as determinações do texto legal:

Art. 31. **As licitações** realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista **destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e **a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento**, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

[...]

5.21. A proposta mais vantajosa para a administração é aquela que, além dos preços, apresenta o conjunto probatório de documentos técnicos que comprovem que a licitante possui condições técnicas de execução do contrato, considerando-se todo o ciclo de vida do objeto.

5.22. Nesse sentido, a melhor proposta considera outros critérios relevantes que impactam na execução do contrato, tais como a qualidade e a experiência da proponente.

5.23. No caso em exame, a licitante foi inabilitada, conforme já amplamente analisado para unidade técnica, **não comprovando todos os requisitos mínimos exigidos no Anexo I - Termo de Referência**, o que faz com que sequer tenha o preço proposto aceito, ou que promova uma contratação mais eficiente e vantajosa, conforme entende o TCU:

[Voto]

36. Assim, revela-se plenamente possível que o Poder Público, ante os comandos constitucionais mencionados, estabeleça critérios de sustentabilidade nas contratações que realizar, com os objetivos de reduzir o impacto ambiental gerado pela máquina pública e induzir mudanças no setor produtivo.

37. Contudo, a interpretação da Lei não pode ocorrer de forma isolada apenas com base no princípio do desenvolvimento nacional sustentável, pois os princípios licitatórios estão inter-relacionados, sendo possível, em linhas gerais, afirmar que as contratações devem ocorrer:

a) em um ambiente em que sejam fornecidas iguais condições para todos quantos quiserem participar (princípio da igualdade);

b) consoante os procedimentos previstos no instrumento convocatório (princípio da vinculação ao instrumento convocatório);

c) de forma a serem evitados quaisquer favorecimentos ou preferências pessoais por parte dos administradores públicos (princípios da impessoalidade e do julgamento objetivo);

d) **buscando-se a proposta mais vantajosa para a entidade e que melhor atenda ao interesse público** (princípios da moralidade, da probidade administrativa, da eficiência e da economicidade).

[...]

39. A escolha feita pela Administração Pública não pode ser arbitrária, ao contrário, deve ser motivada. **Em suma, a licitação exige, necessariamente, algum tipo de restrição, pois, no momento em que se definem as características do produto desejado, afasta-se a possibilidade de participação das empresas que não detêm os bens com as características estipuladas.** O que não se admite, e assim prevê tanto o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal como o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Acórdão nº 2129/2021-TCU-PLENÁRIO

5.24. Nesse sentido, considerando-se que as exigências de capacidade técnica estão limitadas ao mínimo necessário que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do objeto do contrato, bem como, que a comprovação da experiência técnica é parte e essencial da proposta, a aceitação da proposta de menor preço, sem a devida correspondência técnica, afronta o objetivo central do procedimento licitatório determinado no artigo 31 da Lei nº 13.303/16.

5.25. Dessa forma, **considerando-se que a proposta apresentada pela recorrente, não atendeu aos requisitos técnicos mínimos exigidos no edital, não é vantajosa para a administração.** A sua aceitação apenas pelo critério do menor preço, ignorando-se as demais exigências editalícias, é irregular e fere os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

IV - DO ADENDO AO RECURSO

5.26. Em relação à argumentação intempestiva, da recorrente, conforme "*Adendo-Recurso*" (SEI nº 8703910), aduzindo que a comissão pontuou o mesmo atestado do Engenheiro Sênior de Superestrutura Ferroviária, Napoleão Guedes de Medeiros, no âmbito da Concorrência Pública nº 13/2009, informa-se:

- a) Primeiramente, o documento é intempestivo, não cabendo sequer análise das alegações.
- b) Em segundo lugar, o documento defende novamente a capacidade técnica do profissional, cujo momento de argumentação já se esgotou no julgamento dos recursos promovidos após a aceitação da primeira colocada.
- c) Em terceiro, o mérito do adendo do recurso não guarda relação com a intenção de recurso registrada.

5.27. Por fim, no mérito, não cabe a alegação de aceitação do atestado em situação totalmente diferente da atual. Na Concorrência nº 13/2009, o critério de julgamento foi a técnica e preço. A presente licitação, é o menor preço, com exigências de capacidade técnica profissional totalmente diferentes do certame de 2009, em razão das disciplinas exigidas.

5.28. **Dessa forma, não assiste razão à recorrente com relação ao adendo do recurso também.**

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Ante exposto, considerando as razões recursais, as contrarrazões, bem como a manifestação da unidade técnica responsável, conclui-se pelo **CONHECIMENTO** do presente recurso, para no mérito, considerá-lo **IMPROCEDENTE**, mantendo-se a **INABILITAÇÃO** do **CONSÓRCIO GERENCIAMENTO FERROVIÁRIO DO BRASIL**, composto pelas empresas: **HUMBERTO SANTANA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA.** CNPJ: 07.262.587/0001-56 - 40% (líder); **STRATA ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: 38.743.357/0001-32 - 40%; e **NORDEN ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: 03.616.409/0001-25 - 20%, **pelo não atendimento do item 6.5.6, item D do Anexo I - Termo de Referência, não comprovou experiência mínima de 10 anos para o Engenheiro Especialista em Geotecnia, bem como pelo não atendimento do item 6.5.6, alínea F do Anexo I - Termo de Referência, não comprovou experiência mínima de 10 anos para o Engenheiro Especialista em Superestrutura, mantendo-se a HABILITAÇÃO do CONSÓRCIO SSD** composto pelas empresas: **STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A** CNPJ: 88.849.773/0001-98 - 33,4% (líder); **SISCON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.** CNPJ: 42.565.325/0001-61 - 33,3%; e **DYNATEST ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: 32.116.154/0001-30 - 33,3%.

6.2. Tendo em vista a manutenção da decisão da Comissão de Licitação, encaminhe-se os autos à autoridade competente, para, se de acordo, ratificá-lo ou retificá-lo, nos termos do artigo 55 do RILC/Infra.

Maria Cecília Mattesco Caixeta
Presidente da Comissão de Licitação

Jaqueline Souto Mangabeira
Membro

Luciana Madeiro Ximenes
Membro

Portaria nº 102 (SEI nº 8384338)

Nota Técnica 9 (SEI nº 8071936)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 23/08/2024, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES, Membro de Comissão de Licitação**, em 23/08/2024, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SOUTO MANGABEIRA, Membro de Comissão de Licitação**, em 23/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código verificador **8747750** e o código CRC **1C00FF25**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 50050.007034/2023-11

SEI nº 8747750